

# IDENTIDADES E ALTERIDADES CULTURAIS: DESAFIOS ÀS SOLIDARIEDADES SOCIAIS E AOS PODERES POLÍTICOS

ANTÓNIO CUSTÓDIO GONÇALVES  
Centro de Estudos Africanos U. P.

As dinâmicas das identidades e das alteridades culturais, que marcaram profundamente as diferentes sociedades, são analisadas numa perspectiva histórica de longa duração *como processos e estratégias* sociais, culturais e simbólicas, em contraponto com as perspectivas essencialistas e nacionalistas, sob a bandeira de pretensas “autenticidades” ou de diversos nativismos ligados a “neo-negrismos” e a neo-fundamentalismos.

Analisam-se duas lógicas da construção das identidades culturais: por um lado, a lógica dos *sistemas*, com o objectivo de assegurar convergências, arranjos políticos, numa perspectiva de integração/adaptação e numa *visão essencialista*; e, por outro lado, a lógica dos *actores sociais*, ligada à inovação e à produção de sentido, numa *visão construcionista*, com os objectivos de cooperação e de participação, o que supõe a partilha de conhecimentos, de saberes, de projectos em que cada um está implicado e que gera solidariedades, numa conjugação dinâmica entre identidades culturais e sociedade civil, através da indispensável diversidade de opiniões, atitudes e comportamentos e do necessário respeito das alteridades plurais.

## *1. Ambivalência étnica e ambiguidade do Estado: processos de democratização*

1.1. Os conceitos de tribalismo e etnicidade cristalizaram, e ainda hoje, a percepção de diversidade cultural, ao mesmo tempo que pretendem rentabilizá-lo politicamente para a minimização dos conflitos sociais e políticos. As democracias modernas foram construídas através da conquista, por meio de um processo de guerras e reivindicações, pela autonomia do indivíduo em relação à lógica da estruturação racional da sociedade. Este movimento fundamental da luta pela democracia constituiu-se através do reconhecimento da liberdade de opinião e de imprensa, do direito de associação e do direito dos partidos políticos e finalmente da definição dos direitos do Homem.

O discurso social acerca da noção de etnia é o discurso das bases sociais, a partir das quais se elaboram e se justificam as estratégias individuais e colectivas da

conquista pelo poder. O discurso sobre o enquistamento das identidades nacionais caracterizou os fundamentos das ideologias fascistas. A ausência do neo-colonialismo hegemónico português provocou uma luta aberta entre vários neo-colonialismos que levou Angola e Moçambique a uma guerra longa e devastadora. No pós-guerra, o colonialismo português, isolado ideologicamente, manteve-se porque, como país semi-periférico, garantiu aos países do centro o acesso à exploração dos recursos naturais das colónias, conservando uma vasta região de África sob controlo político pro-ocidental, fora do confronto este-oeste e servindo de escudo à África do Sul. Em África, a independência dos cinco países de língua oficial portuguesa teve lugar no decurso das grandes transformações na sociedade portuguesa com a revolução do 25 de Abril. Estes dois fenómenos ficaram para sempre associados, na medida em que a guerra colonial, a luta dos movimentos de libertação contra o colonialismo, os apoios obtidos entre as elites culturais políticas e militares portuguesas, a par do isolamento internacional de Portugal, foram decisivos para a eclosão da revolução e para a transição democrática.

A estruturação local da “questão étnica” e das suas representações resulta das sequelas duma delimitação colonial absurda que afectou os equilíbrios demográficos e culturais locais. As populações Bakongo, por exemplo, estão hoje divididas entre Angola, o Congo-Kinshasa e o Congo-Brazzaville.

Quanto às problemáticas relacionadas com o Estado convém, desde já, sublinhar o carácter relativo dos diversos tipos de explicação sobre a formação do Estado, isto é de um aparelho centralizado e hierarquizado dominando o conjunto dum território. O que interessa, a meu ver, é analisar as formas e o funcionamento do Estado, e já não a questão da sua formação.

O Estado é fundamentalmente uma entidade ambígua. Para além de factores ecológicos, económicos, tecnológicos e sociológicos, é necessário ter em conta os factores religiosos e ideológicos. O poder do Estado, sobretudo nas suas formas mais arcaicas, apoia-se no poder mágico e/ou religioso, confundindo-se com o mesmo. Os factores mágicos e/ou religiosos, tais como a complexidade dos rituais e os elementos simbólicos e ideológicos, a sacralização do soberano, os ritos de intronização, os interditos ligados à pessoa do soberano, a associação às forças cósmicas e aos poderes sobrenaturais, entre outros, são reguladores de um excesso de poder no interior da sociedade. Assim se explica a dominação de um grupo minoritário que se apresenta como uma racionalidade transcendente e como um núcleo permanente de acumulação do poder.

1.2. Citarei alguns exemplos que me parecem paradigmáticos da ambivalência étnica e da ambiguidade do Estado.

1. **Ruanda e Burundi.** Tem sido característica dominante o enquistamento étnico de uma classe política, de uma elite social, que se bipolarizou segundo uma linha de confronto, quer de auto-defesa Tutsi, quer de reviravolta Hutu, e que, dividida segundo pertenças étnicas ou territoriais, criou as políticas do cli-

entelismo. Os grupos Tutsis, tidos como hamitas, pastores do Norte, e os grupos Hutus, agricultores bantus, não sendo etnias propriamente ditas, caracterizadas geográfica, linguística e historicamente, conduziram, no entanto, a políticas de exclusão, fomentadas pelos regimes coloniais alemão e belga. Os Tutsis, que representavam cerca de um décimo da população, eram os dominadores; os seus quadros eram formados pelas escolas coloniais que apresentavam a imagem do Tutsi instruído, bem apresentado, oposto ao Hutu, analfabeto e mal vestido. Explorava-se, assim, o mito das origens egípcias e da dita superioridade hamítica para justificar o poder da aristocracia Tutsi ruandesa. Em 1972, a tomada do poder político pela maioria Hutu, no Burundi, provocou represálias violentas da parte das minorias dirigentes Tutsis e em seguida a maioria dirigente Hutu do Ruanda desencadeou uma espiral de violência étnica contra os Tutsis do Burundi. E os factos vão-se repetindo, embora noutros contextos e com outras acentuações.

2. **Congo-Brazzaville.** A política étnica foi associada, de forma recorrente, às rivalidades entre os três povos: os Mbochi, ao Norte, os Bakongo, ao Sul no eixo Brazzaville – Ponta Negra e no Sudoeste Atlântico, e os Teke dos planaltos. A colonização, com as divisões territoriais artificiais, acentuou a conflitualidade geo-étnica e o clientelismo dicotómico das identidades culturais, opondo o Norte menos desenvolvido e dominado ao Sul mais desenvolvido e dominador. Após a independência, as lutas pelo poder sucedem-se em termos de equilíbrio ou de alternância da conquista pelo poder entre Norte e Sul.
3. **Angola.** Os principais movimentos de libertação são os seguintes: o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), de etnia Mbundo e língua Quimbundo dominante em Luanda, Kwanza-Norte, Malange e regiões adjacentes; a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), de etnia Bakongo e língua Kikongo, dominante no Norte; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) de etnia Ovimbundo e língua Umbundo, maioritária no planalto central e no Sul. Nas vésperas da independência, consumou-se a tripolarização, pela competição violenta entre estes três movimentos de libertação recrutados com base étnica ou regional: os Mbundo, os Bakongo e os Ovimbundo, culminando nas convulsões étnicas em 1975 antes da independência. A chegada do MPLA ao poder coincide com o afastamento dos Bakongo e dos Ovimbundo. Consolidava-se, assim, o confronto entre a corrente da “revolução” e das elites intelectuais e a corrente tribalista.

A diversidade das crises políticas aqui evocada revela algumas problemáticas da questão étnica em Angola. Os três grandes grupos étnicos não só não esgotam a afirmação das identidades culturais dos diferentes povos de Angola, mas eles mesmos são problemáticos e revelam a fluidez das linhas de divisão num território definido pelas potências colonizadoras no Tratado de Berlim. Refiram-se, entre outros, os

Yaka e os Lunda, de Angola e do Congo-Kinshasa, e os Ovambo, de Angola e da Namíbia.

Os Bakongo, no antigo reino do Congo, estiveram na encruzilhada de diversas correntes migratórias da costa atlântica e do “*hinterland*”. Cruzaram-se características de unidade e de diversidade. A estruturação sócio-política fez-se através do parentesco e das alianças que constituem as estratégias das identidades individuais e das identificações colectivas. Nas sociedades segmentárias coloca-se constantemente aos grupos o problema de se definirem antes de mais em relação a si próprios e depois de se identificarem em relação aos outros.

Este processo é o mecanismo normal resultante dos fenómenos migratórios e da assimilação progressiva de grupos heterogéneos, constituindo, no princípio, grupos de descendência matrilinear, mas articulados, mais tarde, entre si localmente por meio de relações patrilineares, assegurando assim a coerência interna do equilíbrio político tradicional.

Trata-se de um processo constante de ajustamento interno aos factores de compressões ecológicas, demográficas, económicas e políticas ou de ambições pessoais. A organização da vida faz-se em termos de relações patrilineares e de alianças, a fim de que as ambiguidades de estatuto, definidas em termos de descendência clânica, possam ser acomodadas, de modo a assegurar a legitimidade de residência num novo “*dominium*” e o seu usufruto.

A segmentação e a formação de um novo grupo constituem, assim, um meio de evitar o monolitismo social, o domínio da matrilinearidade sobre os indivíduos, e de interditar a emergência de um poder individualizado e fora da vida quotidiana e do poder doméstico, permitindo à sociedade viver sem conflitos desestruturantes.

O fenómeno político tradicional apresenta-se como um processo de regulação e de acção colectiva na sociedade global: um processo que define e coordena as oposições e a cooperação numa sociedade; compreende o controlo das instituições e da sociedade global, e não apenas as relações de poder consideradas isoladamente. O social, o político e o simbólico não se dissociam no poder.

Os modelos de organização política, as novas ideologias e os novos códigos de racionalidade e de legitimação, veiculados pelo poder colonial desarticularam as simbolizações das estruturas sociais, políticas e religiosas, e distorceram a estrutura da sociedade matrilinear, subvertendo as relações entre o poder doméstico, colectivo, de linhagem e o poder político, individual, estatal. Entrou-se num sistema político formal e monolítico, com a autonomia do político em relação ao social, com a emergência do poder individualizado e centralizado, à margem da vida quotidiana e do regime doméstico e de linhagem, com a separação entre o soberano e o povo e com a ruptura das relações políticas do equilíbrio tradicional entre a matrilinearidade e a linhagem patrilinear.

Se a nova territorialização dada aos “*dominia*” tradicionais agravou os litígios da posse fundiária, isto deveu-se não só à introdução de um novo sistema económico, mas também à distorção das relações sócio-políticas, pela subversão dos dois valo-

res complementares da terra: o poder sagrado e os valores simbólicos dos espíritos tutelares da terra.

Seguiram-se períodos de lutas constantes pelo poder. Aos períodos de concentração do poder correspondeu uma hierarquização do soberano e dos seus dignitários, uma estratificação social e uma territorialização, enquanto que aos períodos de poder relativamente difuso correspondeu o retorno ao poder doméstico e de linhagem.

A este propósito, é de salientar uma diferença importante, a meu ver, entre o reino do Kongo e o império Lunda. No primeiro caso, o antigo reino do Kongo havia realizado uma unidade cultural adiantada sem equivalente. No segundo caso, o império Lunda privilegiou a integração política e económica de um espaço pluri-étnico e a política dos chefes Lunda inscreveu-se, geralmente, na lógica da colonização. Os movimentos Bakongo, conduzidos pela pequena burguesia intelectual, conseguiram, sem grandes dificuldades, mobilizar todas as classes e categorias da sociedade Kongo, tendo-se imposto como reacção plena à colonização.

A persistência das políticas e dos conflitos étnicos um pouco em toda a parte em África tem vindo a dificultar o processo de democratização. Os apelos aos sentimentos étnicos são uma forma de manipulação das eleições e de acesso fácil ao poder. Donde, o ressurgimento da etnicidade, a sua politização e o recurso aos poderes governamentais para promover a concorrência sócio-económica inter-étnica, bem como a subjugação das identidades culturais às leis do mercado

## *2. Desafios às solidariedades sociais e aos poderes políticos*

2.1. Um primeiro desafio consiste nas novas dinâmicas sociais e culturais induzidas pela conjunção necessária da globalização e dos particularismos e das especificidades próprias de cada cultura.

A globalização leva ao triunfo do individualismo nas suas formas mais diversas e contraditórias.

São predominantes, assim, as características de sociedades globalizadas e individualizadas, em que se agudizam as rupturas individuais, sociais e culturais. Ao contrário dos finais do século XIX, em que eram fundamentais os desafios às mudanças sociais, hoje somos confrontados com os grandes desafios das mudanças culturais: problemas de cultura, da personalidade e da individualidade. São fundamentalmente, por um lado, rupturas das pertenças e identidades institucionais sociais e culturais e, por outor lado, a maximização do individualismo e da individuação.

Esta globalização englobante e falaciosa e este individualismo feroz e arrogante colocam novas questões à gestão da democracia, ou seja, uma gestão tanto mais ampla quanto possível da diversidade, do reconhecimento dos outros, da alteridade, numa comunidade de leis e de orientações culturais.

Uma das características fundamentais desta gestão reside no diálogo com as outras culturas: o reconhecimento que todas as culturas são esforços, diferentes uns

dos outros, para conjugar a racionalidade económica e tecnológica e as diversas matrizes identitárias e culturais, numa interacção construcionista da tradição e da modernidade.

Este diálogo é revolucionário e criador, na medida em que integra grupos e movimentos regionais, religiosos, étnicos, linguísticos, de género, de estilos de vida e de movimentos pelos direitos humanos, pela paz, pela revolução ecológica e por políticas sustentadas do desenvolvimento que minimizem as políticas de desenvolvimento assimétrico, resultantes do abandono das zonas rurais e da fuga para as grandes cidades, do agravamento de trocas desiguais entre a cidade e o campo e da escassez de mão-de-obra nos meios rurais, em detrimento de projectos sociais, educativos, de saúde e de segurança social nos campos, agravando assim a conflitualidade e a insegurança. Trata-se no fundo, da construção, desconstrução e reconstrução das identidades culturais sob a forma de identidades comunitárias de tipo religioso, étnico, regional ou de outras solidariedades.

Neste contexto, a centralidade das estratégias culturais revela-se decisiva na convocação dos fenómenos globais, regionais e locais. Para minimizar os efeitos perversos da globalização, torna-se urgente, a meu ver, problematizar a maximização das políticas económicas dirigidas por instituições tecnocratas e repensar a adequação da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade dos valores culturais autóctones.

Importa, por isso mesmo, distinguir duas lógicas de globalização: uma, que se traduz na erradicação das diferenças culturais, na destruição dos sistemas de controlo da actividade económica: sistemas políticos, sociais e jurídicos que conduzem à desagregação das instituições; a outra, que se associa à tolerância daquelas e à oposição ao reconhecimento político e institucional da alteridade colectiva.

2.2. Um segundo desafio consiste na mudança de paradigmas operada no domínio das Ciências Sociais e Humanas em relação aos PALOP: do predomínio do eurocentrismo, exógeno, na ciência, no ensino, nos projectos de investigação passou-se à implementação de modelos de cooperação, de participação e de co-produção com características dominantes do desenvolvimento endógeno.

A ideia de que a África não está preparada para a democracia é inaceitável. A democracia consiste certamente na aquisição e no exercício de liberdades individuais e políticas, mas assenta fundamentalmente na promoção da igualdade social. Assim, devem ser os valores africanos a definir as prioridades do desenvolvimento e da democratização. O desenvolvimento é uma totalidade e um processo cultural integrado, abrangendo valores como o meio ambiente, a harmonia possível da natureza e da cultura, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar.

Mas, como processo cultural integrado, o desenvolvimento deve ser acima de tudo endógeno. Competirá, assim, à própria sociedade e aos seus actores sociais definir e caracterizar as visões e estratégias desse mesmo desenvolvimento.

É neste contexto, que deve ser realizada a conjugação da tradição e da modernidade e a articulação entre a tradição, as culturas dos ex-colonizadores e as culturas nacionais. Este é um dos desafios fundamentais colocados à África de hoje, porque o Ocidente impôs os seus valores, não aceitando uma síntese e pretendendo substituir os valores tradicionais africanos, primeiro em nome do cristianismo, depois em nome duma pretensa civilização considerada superior, e finalmente, em termos duma falaciosa ideologia de progresso.

Um dos papéis fundamentais das Ciências Sociais e Humanas é não só o de produzir um saber-fazer, mas também o de contribuir para um saber-viver juntos. Este saber viver a identidade e a alteridade induz novas configurações das solidariedades na luta enérgica contra fenómenos de exclusão, de racismo e de xenofobia.

Indissociável da democracia e do desenvolvimento, é a construção da cidadania que assegure a autonomia, o respeito e a diferença perante fenómenos avassaladores da burocratização e das indústrias culturais e mediáticas, que podem coarctar os direitos fundamentais e os princípios da igualdade e que configuram situações de conflitos desestruturantes ou latentes.

Neste sentido, as Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa são chamadas a constituir uma rede de solidariedades na luta sem tréguas contra a exclusão, o racismo e a xenofobia. Mas a formação desta rede de solidariedades sociais, políticas e culturais assenta no esforço constante de inovação e de criatividade, de análise pluridisciplinar e de acção concertada no estudo das culturas e dos valores autóctones.

2.3. Um terceiro desafio consiste na conjugação entre a reflexão e a acção, sem fundamentalismos nem profecias negativistas.

Trata-se de processos de modernização, que não devem minimizar as dinâmicas pessoais nem os valores da “tradição viva”. Mas tais processos, muitas vezes, são subvertidos pela subjugação das identidades culturais às leis do mercado.

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades. A cultura é uma auto-criação: são “significantes flutuantes”, ou categorias de análise da realidade social em mutação.

Todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial. A questão étnica aparece de forma quase obsessiva nos debates sobre a África contemporânea. As referências étnicas não se reduzem a mapas de identidade de origem colonial. Elas intervêm nos jogos políticos actuais.

Importa reflectir sobre o papel das instituições do Estado e o papel da sociedade civil na construção da liberalização política e da cultura democrática. Nesta reflexão, duas questões parecem-me fundamentais. A primeira está relacionada com a construção da democracia: como levar a democracia ao desenvolvimento económico? A democracia é, sem dúvida, um conceito polémico. Não se trata necessariamente de

formas de democracia liberal, de matriz ocidental. A este propósito, haverá que distinguir entre países como o Botswana e a África do Sul, onde formas de democracia liberal se estão a desenvolver, e países como Angola, Nigéria e Gabão, ricos em petróleo e minerais, que poderão resistir à democratização. A segunda questão refere-se ao papel das “estratégias identitárias” nos projectos colectivos dos processos pró-democráticos: como promover novas sociabilidades associadas à permeabilidade de diferentes culturas e etnias. Creio que a resposta deve encontrar-se no reforço das solidariedades horizontais, enriquecendo as componentes da sociedade civil. Assim, torna-se necessária a dissociação das identidades étnicas em relação ao poder político. A democracia exige que as fronteiras do grupos étnicos sejam, o mais possível, fluídas; caso contrário, poderá surgir o perigo do etno-nacionalismo. Quanto mais centralizada for a definição de pertença de um grupo étnico, menos esse grupo étnico se torna democrático. O etno-nacionalismo surge assim como um instrumento nas mãos de elites intelectuais e dos Estados.

O surto do desenvolvimento urbano das cidades em África mostra a emergência de uma nova lógica. Nos próximos vinte anos, metade da população, segundo as estatísticas, viverá nas cidades que, por natureza, são pluri-étnicas, o que provocará uma redução da expressão política da etnicidade.

Há que distinguir, por um lado, entre “grupos pequenos”, em que não há, em princípio, competição pelo poder político e, frequentemente, aceitam a legitimidade do Estado e o respeito pelos outros grupos, e que revelam os diferentes níveis da democracia na mesma sociedade; e, por outro lado, os “grupos grandes” que são manipulados pelos poderes políticos e culturais. Trata-se de grupos com poderes únicos, com lógicas e ambições hegemónicas, em que é evidente a ausência de espaço público de informação e de comunicação ou dotados de informações duplas e parciais, bem como a inexistência de embriões de sociedade civil autónoma.

A este propósito, são paradigmáticos os casos do MPLA e da UNITA que continuam, hoje mais do que ontem, a consolidar as lógicas da guerra com todas as consequências mais dramáticas que conhecemos, e a explorar as contradições das lutas hegemónicas pelo poder económico, político e étnico.

Nos países onde os governos se recusam a reconhecer os direitos dos cidadãos, geram-se movimentos sociais e populares como formas de resistência aos poderes hegemónicos, criando novas formas de democracia, nascidas do interior e não impostas de fora. Nestas condições, o agravamento da crise social é inevitável, provocando retornos e enquistamentos identitários e, conseqüentemente, a decomposição do Estado.

O pluralismo estabilizado parece ser condição necessária, embora não suficiente, da democracia e da reconstrução do Estado.

São estes alguns desafios decisivos que se colocam aos diferentes modos de construção da democracia, da cidadania e do desenvolvimento.



## Bibliografia

- ANDERSON, B., *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1990.
- BADIE, B., *L'État importé. L'occidentalisation de l'ordre politique*, Paris, Fayard, 1992.
- CHABALL, P., *Power in Africa*, Londres, Macmillan, 1994;
- *The transition to multi-party politics in Lusophone Africa. Problems and prospects*, in «Lusotopie», 1996, 57-69.
- ELLIS, S. (ed.) *Africa Now. People, Policies, Institutions*, Londres, Heineman & James Currey, 1996.
- GARDNER, K. E LEWIS, D., *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge*, Londres, Pluto Press, 1996.
- GONÇALVES, A.C. - *Kongo. Le Lignage contre l'État*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Afrontamento, 1997 (1992).
- GUIBERNAU, M. E REX, J. (eds.), *The Ethnicity Reader, Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Oxford, Blackwell Publishers, 1997.
- HAYNES, J., *Democracy and Civil Society in the Third World*, Sussex, Berg Publishers, 1997.
- RAHEEM, A. (ed.), *Pan-Africanism: Politics Economy and Social Change in the Twenty-first Century*, Londres, Pluto Press, 1996.

